

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Vera Lúcia Jacob Chaves

Resumo

O artigo analisa a reforma do Estado e da educação superior adotada no Brasil, no final do século XX e início do século XXI. Argumenta que essa reforma instituiu um novo modelo de organização e gestão nas universidades públicas, fundamentado no paradigma gerencialista de administração, com vistas a ajustar essas instituições à lógica produtivista de privatização e mercantilização de bens e serviços acadêmicos. Assim, princípios como flexibilidade, diversidade e competitividade foram adotados no interior dessas instituições, com vistas à contenção dos gastos públicos. Como resultado dessa política, baseada em ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais, as universidades têm sido induzidas a captar recursos no mercado por meio do estabelecimento das parcerias público-privadas.

Palavras-Chave: Reforma do Estado; público e privado; educação superior.

Public-private partnership in the management of the Brazilian public university

Abstract

The article analyzes the reform occurred, in both, of the State apparatus and the higher education system adopted in Brazil, at the end of the 20th century and early in the 21st. It argues that such a reform creates a new organization and administration model in public universities grounded on the management paradigm of administration in order to adjust those institutions to the privatization productivism logics and commercialization of academic production, supplies and services. Therefore principles such as flexibility, diversity and competitiveness were adopted by those institutions to achieve the contention of public expenses. As a result of that policy, based on fiscal adjustment and cuts in the social costs, the universities have been induced to searching for resources in the market through the establishment of public and private partnerships.

Key Words: State reform; public and private; higher education.

Introdução

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos na pesquisa realizada com a finalidade de examinar o processo de privatização do público na educação superior brasileira, no contexto da reforma do Estado capitalista. Em sua construção, buscamos respostas às seguintes questões: a) que possíveis relações podem ser estabelecidas entre a reforma do Estado e a reforma da educação superior do país? b) quais as consequências dessa reforma na organização e na gestão da universidade pública federal brasileira?

As respostas às questões acima partiram do pressuposto de que a reforma do Estado implementada pelos governos brasileiros (de 1995 a 2006) é parte da estratégia mundial de enfrentamento da crise de acumulação do capital e segue as orientações dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A centralidade dessa reforma consiste na redefinição do papel do Estado para adequar-se à política de ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais. Reafirma-se, por um lado, o valor do Estado democrático como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos; por outro, mas ao mesmo tempo, o Estado é desmantelado, em função da necessidade de reforçar o mercado para a manutenção dos lucros para o capital.

Como consequência desse processo, a reforma educacional, promovida no final do século XX e início do século XXI, vem instaurando um novo modelo de organização e gestão da educação pública. No caso das universidades públicas federais, tal reforma visa ajustar essas instituições ao paradigma gerencialista adotado na reforma do Estado e à lógica produtivista de privatização e mercantilização dos bens e serviços acadêmicos. Assim, princípios como flexibilidade, diversidade e competitividade devem ser assumidos, com vistas à contenção dos gastos públicos.

Para melhor compreensão do estudo, iniciaremos com uma breve exposição focalizando as bases da reforma do Estado brasileiro e sua relação com a reforma da educação superior, que vem sendo implementada pelos governos brasileiros, de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. Em seguida, apontaremos algumas das alterações que, a partir desse contexto de reforma, vêm sendo materializadas no *ethos* universitário das instituições federais de ensino superior, ao induzi-las à adoção de um modelo de gestão gerencial baseado nas parcerias público-privadas.

Reforma do estado e da educação superior brasileira.

O processo de reforma do Estado somente pode ser compreendido no contexto das transformações mais profundas vivenciadas pelo mundo capitalista, em especial a partir da crise iniciada nos anos 1970. A discussão sobre o caráter do Estado capitalista e a redefinição de seu papel está inserida em um movimento maior de debate sobre reformas estruturais adotadas como estratégia para a superação das crises do capitalismo.

Com a crise estrutural do capitalismo, iniciada nos anos 70, nos países centrais, e estendida a toda a periferia do sistema, nas décadas de 80 e 90, a vertente ortodoxa neoliberal passou a dominar o pensamento econômico. Essa vertente, cujos principais defensores são Hayek e Friedman, coloca no Estado a responsabilidade pelas dificuldades das sociedades contemporâneas; ou seja, a crise é do Estado e não do sistema capitalista. Os argumentos principais são os de que a ação do Estado na economia desestabiliza e perturba o mercado e se caracteriza pelo desperdício de recursos e pela ineficiência. Tal linha de pensamento defende, ainda, que a política do “pleno emprego” sustentado pelo Estado impede o “equilíbrio do mercado” em torno da “taxa natural de desemprego”, necessária à manutenção do sistema capitalista.

A doutrina neoliberal, iniciada na segunda metade dos anos de 1970, tornou-se hegemônica nos anos 1980 e orientou as reformas conservadoras do Estado na década de 1990. A concepção neoliberal fundamenta-se na ideia de que a responsabilidade pela crise é do próprio Estado, que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, enquanto o setor privado tem demonstrado eficiência e qualidade. Desse modo, justifica-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado e eliminar todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade. De acordo com essa ideologia, estes últimos, como o direito à educação, à saúde, aos transportes públicos, dentre outros, devem ser "comprados e regidos pela férrea lógica das leis do mercado. Na realidade, a idéia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital". (FRIGOTTO, 1995, p. 83-84).

O processo fundamental da história humana, nessa visão ideológica, deve ser conduzido pelas forças da própria sociedade civil, reduzindo a ação do Estado e transferindo os direitos sociais para o setor de serviços definidos pelo mercado. Nessa concepção, a sociedade civil passaria a assumir responsabilidades financeiras e não a definição de políticas.

A adoção das políticas neoliberais, na América Latina, como programa de vários governos, não ocorreu ao mesmo tempo nem seguiu o mesmo percurso em todos os países. No entanto, a sua implantação

[...] está sendo imposta de maneira mais ortodoxa na América Latina do que nos países centrais, na medida em que se está instrumentalizando não apenas seus postulados de política econômica como também aqueles de políticas sociais [...] o que tem provocado uma exclusão econômica e social muito mais grave. (SOARES, 2001, p.44).

As políticas de ajuste estrutural desenvolvidas na América Latina centraram-se na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do papel do Estado. No entanto, Soares (2001, p.45) chama atenção para o fato de que a privatização “só interessa na medida em que a administração dos fundos e a produção de serviços possam converter-se em atividades economicamente rentáveis”.

Dessa forma, começou a ocorrer, principalmente nos países latino-americanos, um movimento “estimulado” pelo Banco Mundial para “criar e garantir um mercado”. As políticas estatais passaram a ter suas ações direcionadas para criar as condições necessárias à privatização, por meio, fundamentalmente, do corte no gasto com políticas sociais públicas. Como consequência, os serviços oferecidos pelo setor público passaram a ser vistos como insuficientes e/ou de má qualidade e, ao mesmo tempo, “são geradas formas estáveis de financiamento para dar suporte ao alto custo dos benefícios ou serviços privados.” (SOARES, 2001, p.45).

As reformas neoliberais, no Estado capitalista, têm sido conduzidas por meio de medidas reguladoras, destinadas a aumentar a concentração do capital, desonerá-lo e maximizar os lucros. O argumento é o de que, para solucionar a crise do Estado, é necessário reduzir o *déficit* causado por excessivos gastos públicos com pessoal e políticas sociais. Em decorrência, a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado, tanto na área produtiva quanto na área social.

O neoliberalismo passou a dar a direção à política brasileira a partir de 1990, quando foi iniciada uma série de reformas no Estado, tendo como centralidade a privatização. O discurso privatista dos governos brasileiros, desde Fernando Collor de Mello, proclama a

superioridade do setor privado sobre o setor público. O mercado passou a ser considerado o grande impulsionador do crescimento econômico.

Os pressupostos básicos da reforma do Estado, no Brasil, estão especificados no *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*, publicado em novembro de 1995, que fixa objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Nesse Plano, são definidas as atividades que devem ficar sob a responsabilidade direta do Estado, as que este deve coordenar e/ou supervisionar e as que deve entregar à iniciativa privada. De acordo com esse Plano, o Estado brasileiro deverá ser reestruturado em quatro setores: 1) o núcleo estratégico do Estado; 2) as atividades exclusivas do Estado; 3) os serviços não exclusivos ou competitivos; 4) a produção de bens e serviços para o mercado.

Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público (BRESSER PEREIRA; SPINK, 1998, p.186).

O argumento principal apresentado pelo governo para reformar o Estado brasileiro foi o de que era a alternativa necessária para a inserção internacional do país e para a superação da administração pública *patrimonial, burocrática e ineficiente*. Para tanto, era preciso instituir o modelo de gestão gerencial como forma de superação da crise fiscal. Tal modelo segue o paradigma da administração gerencial de resultados, com ênfase em flexibilização, diversificação e produtividade, medidas por meio da quantidade de processos e produtos.

No caso das universidades públicas federais, passam a ser concebidas como *serviços* ou *bem público não exclusivos* do Estado. Ou seja, a universidade, de instituição social que cria, inventa, produz, transforma e socializa conhecimentos de forma autônoma em relação a governos e/ou credos religiosos, deve ser transformada em *organização social*, reprodutora de conhecimentos e prestadora de serviços, lançando-se ao mercado competitivo, subordinando sua produção

acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado, impostas pelos agentes financiadores. (CHAUÍ, 2003).

Segundo Marilena Chauí (2003, p.3), a universidade como organização social produziu o que Freitag (*Le naufrage de l'Université*) denominou 'universidade operacional', e é assim caracterizada:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

Essa reforma atende às pressões externas dos organismos internacionais que defendem a inserção da educação pública no campo das atividades comercializáveis. O “*Consenso de Washington*” tem sido considerado o marco decisivo na elaboração e definição das reformas estruturais da economia capitalista. O referido *Consenso* foi estabelecido numa reunião realizada em Washington, no ano de 1989, por funcionários do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As medidas de consenso estabelecidas nessa reunião foram:

[...] disciplina fiscal; reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção das taxas de juros competitivas; liberalização comercial; atração de investimentos diretos estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação da economia e proteção aos direitos autorais. (SILVA, 2002, p.26).

Desde então, foram realizadas várias conferências internacionais que objetivaram redefinir as políticas educacionais dos países capitalistas, tendo como base a implantação do modelo de gestão gerencial. Assim, realizou-se em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*. Em 1993, teve lugar a *Conferência de Cúpula de Nova Dehli*. No ano de 1998, foi realizada a

Conferência Mundial sobre Ensino Superior e, em 2003, a *Conferência Mundial de Educação Superior +5*, ambas em Paris.

A centralidade das discussões realizadas nesses eventos internacionais e expressa nos documentos gerados diz respeito à gestão e ao financiamento da educação. Em relação à educação superior, é explicitada a necessidade de ser ela reestruturada por meio da implantação do modelo de gestão gerencial, diversificando as formas de financiamento e instituindo instrumentos de avaliação pautados por busca de resultados quantitativos. Isto é, sob o discurso da lógica gerencialista, os organismos internacionais pesquisam novos mercados para a venda de produtos e serviços, pressionando os governos latino-americanos para a liberalização da exploração comercial do ensino.

Nesse sentido, o Banco Mundial apresentou as diretrizes para a educação superior na América Latina no documento *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia* (1995). Tais diretrizes fundamentaram-se no binômio ‘diferenciação de instituições’ e ‘diversificação das fontes de financiamento’. Sobre a primeira, o Banco Mundial recomenda:

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho. (BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

A tese defendida pelo Banco Mundial é de que a crise da educação superior deriva do modelo de universidade de pesquisa (modelo humboldtiano), adotado nos países latino-americanos, que seria excessivamente unificado e caro. Nesse sentido, a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é inviável, teórica e financeiramente. Daí a necessidade de estabelecer a dualidade institucional: universidades de pesquisa e universidades de ensino.

Outra proposta do Banco Mundial para a reforma na educação superior refere-se à redução dos gastos e à defesa da diversificação das fontes de financiamento, como se evidencia no relatório:

[...] maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de

diversificar e utilizar os **recursos** mais **eficientemente** [...] A experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua **qualidade e eficiência**, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de **mobilizar mais recursos privados** para o ensino superior em instituições estatais [...] de várias maneiras: mediante a **participação dos estudantes** nos gastos; arrecadação de **recursos de ex-alunos**; utilização de **fontes externas**; realização de outras atividades que **gerem receitas**. (BIRD /BANCO MUNDIAL, 1995, p. 44 e 69. Grifos nossos.).

O argumento é que o conhecimento propiciado pelo ensino superior deve ser visto como um investimento produtivo (pois garante ganhos), um bem privado ou uma mercadoria de interesse individual, negociado no mercado de trocas. Daí a defesa de que o Estado se afaste da manutenção desse nível de ensino, decorrendo a tese de que a educação superior é um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo.

Como resultado desse processo, a educação superior brasileira vem sendo reformada em conformidade com as determinações dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que pressionam o governo brasileiro por meio da inclusão das *cláusulas sociais* nos acordos econômicos firmados.

Dessa forma, a privatização da educação torna-se parte essencial da reforma do Estado relativa à educação superior brasileira. Para implementar essa reforma, o governo federal passou a defender o afastamento do Estado da manutenção plena da educação superior pública (o que ficou explícito nos vetos ao Plano Nacional de Educação)¹, incentivando a livre competição mercadológica entre as suas instituições. A política para a educação superior foi reduzida a uma política de gastos, à abertura ao mercado e ao culto do econômico, com vistas a aproximar a universidade do modelo de empresas prestadoras de serviços, com novas formas de organização e gestão.

O Estado, entretanto, afastou-se apenas dos gastos, mantendo a gestão total do sistema, por meio de mecanismos de controle das instituições de ensino superior, principalmente, da imposição de

¹ Dos sete vetos apostos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação, e mantidos pelo governo Lula da Silva (2003-2006), a maioria se refere ao financiamento da educação superior pública.

instrumentos normativos (leis, decretos, portarias etc.), que definiram a organização geral do sistema (diretrizes curriculares, escolha de dirigentes, credenciamento e recredenciamento etc.) e da avaliação. Ao lado disso, desenvolveu uma política expansionista de cunho estritamente privado, materializada, principalmente, no estímulo à criação de estabelecimentos isolados de ensino superior, favorecendo o crescimento desse setor e, paralelamente, transformando os espaços públicos democráticos de direitos em espaços privados, submetidos à lógica capitalista.

No caso das universidades públicas federais, o governo brasileiro adotou o paradigma da administração gerencial de resultados em sua reforma. Assim, vem estabelecendo com essas universidades contratos de gestão, formalizados por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), nos quais exige o cumprimento de metas e índices de produtividade para que possam fazer jus às verbas necessárias à sua manutenção. Por outro lado, o governo tem promovido uma série de cortes orçamentários, reduzindo os aportes financeiros necessários à manutenção das atividades-fim dessas instituições. Como resultado dessa política, baseada em ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais, as universidades têm sido induzidas à captação de recursos no mercado.

Em síntese, pode-se afirmar que a transformação das instituições federais de ensino superior em *organizações sociais* e a adoção dos contratos de gestão traduzem a proposta do Plano Diretor da Reforma do Estado, preconizada por Bresser-Pereira. Trata-se, de fato, da implantação de um Estado economicista e empresarial-gerencialista, onde a satisfação das demandas do mercado e da sua lógica de competição ocupam lugar de destaque.

Parcerias público-privadas nas universidades públicas federais.

Além da expansão extremamente acentuada do setor privado, aliada ao processo de mercantilização da educação², a reforma da educação superior brasileira, implementada desde o ano de 1995, acentuou o processo de “privatização do público”. As bases epistemológicas dessa reforma têm como pressuposto a reconceituação e a ressignificação de público e de privado, com fundamento ideológico

² Sobre a mercantilização da educação superior e sua relação com a Organização Mundial do Comércio (OMC), ver artigo de Marco Antônio Rodrigues Dias, 2003.

básico no mercado. Essa reforma vem promovendo, no interior das universidades públicas federais, um processo de mudança estrutural, transformando as relações acadêmicas em consonância com a racionalidade capitalista.

Criada na perspectiva da elaboração de um saber que se traduz em cultura, ciência e arte, a universidade vê, hoje, seu destino atrelado às determinações mais imediatistas do mercado, isto é, das relações sociais capitalistas. E, para estas, qualquer autonomia significa um desafio à sua permanente e universal tentativa de subsunção de toda a sociedade à ordem do capital.

Pressionados pela crise de hegemonia, de legitimidade e institucional (SANTOS, 1996) e, especialmente, diante da diminuição dos recursos federais, os gestores das universidades federais passaram a buscar, na prestação de serviços no mercado, o caminho para gerar receitas, visando à complementação salarial e à manutenção de várias atividades institucionais de forma a reduzir a situação de penúria produzida pela política governamental.

De modo geral, a prestação de serviços nas universidades públicas federais era caracterizada como parte das atividades de extensão, e, durante muito tempo, foi desenvolvida como forma de interação entre a universidade e a sociedade. Essa interação tinha como finalidade principal ampliar a visibilidade da produção acadêmica da instituição, divulgando suas potencialidades para o desenvolvimento local e regional, além de contribuir, de forma mais efetiva, em consonância com os movimentos sociais, para a solução dos problemas da sociedade local.

A política de indução do Ministério da Educação (MEC) para que as universidades públicas ampliassem os recursos próprios para sua sobrevivência (leia-se: sem depender das verbas federais) foi decisiva para que os gestores desses estabelecimentos públicos passassem a defender a prestação de serviços remunerados como forma alternativa de preservar a vida institucional.

Contando com a intermediação das fundações de apoio de direito privado, as universidades públicas vêm realizando uma série de atividades caracterizadas como prestação de serviços, para captação de recursos externos, por meio do estabelecimento de parcerias com empresas públicas e privadas. As fundações de apoio privadas funcionam como um mecanismo arrecadatório e de gestão, por intermediar, especialmente, a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão ao mercado.

A busca pela ampliação de receita da universidade para manutenção e investimento levou os gestores a defenderem a necessidade da utilização das potencialidades existentes na instituição como forma de geração de renda, sobretudo por meio da prestação de serviços e da comercialização de “produtos acadêmicos”.

Os argumentos a favor da cobrança pela prestação de serviços foram reforçados, no interior das universidades, superando aqueles favoráveis à gratuidade absoluta que havia. Com isso, uma *nova mentalidade, produtivista e pragmática*, foi fortalecida, especialmente entre os docentes, que passaram a empreender dinâmicas próprias de captação de recursos.

Assim, essa *nova mentalidade* gera uma *nova cultura*, que ganha força, paulatinamente, no âmbito interno da instituição universitária pública. Novos hábitos e novas práticas passam a fazer parte do cotidiano institucional. Dentro dessa lógica, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pela universidade, podem ser caracterizadas como prestação de serviços.

Como resultado dessa política, as universidades públicas federais, de modo geral, aumentaram consideravelmente o volume de serviços remunerados, nos últimos anos, sobretudo, por meio de assessorias e consultorias a empresas privadas; cursos de pós-graduação *lato sensu*; cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento; cursos livres de línguas estrangeiras; oferta de cursos de graduação, por contratos firmados com prefeituras e governo dos estados; processos seletivos e/ou concursos, para órgãos/instituições governamentais e/ou empresas privadas; produção/realização de projetos/programas, na área de Ciência & Tecnologia, voltados para a iniciativa privada; exames ambulatoriais, realizados por meio de contratos firmados com estabelecimentos públicos e privados; análises de combustíveis; medições de intensidade de campo elétrico; instalação de antenas coletivas; manutenção, aferição e instalação de instrumentos de rádio-comunicação; medições de interferência eletromagnética; desenvolvimento de programas computacionais, dentre outros (CHAVES, 2005).

A procura de alternativas que gerem recursos capazes de arcar com as despesas de manutenção e conservação de equipamentos tornou-se fundamental para a administração superior das universidades. Com o discurso da *modernização* da gestão, a captação de recursos no mercado, por meio prestação de serviços, passou a ser considerada essencial nessas instituições.

Outra atividade importante realizada pela universidade – a pesquisa – também foi incorporada à prestação de serviços remunerados. Para tanto, têm sido firmados convênios e contratos com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grandes quantias, destinadas, em sua maioria, a dar condições de infraestrutura necessária à realização dos serviços (construção de laboratórios e aquisição de equipamentos são os mais comuns) e para pagamento de pessoal. Os interesses do mercado em relação à prestação de serviços, especialmente nas áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo, dão-se, principalmente, porque é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a universidade, por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infraestrutura já instalada, o que, certamente, contribuirá para aumentar seu lucro.

Considerações conclusivas

A adesão da universidade pública a um modelo educacional que privilegia a mercantilização do ensino como principal mecanismo de superação da sua crise institucional tem sido intensa e complexa, assumindo diferentes feições que variam de acordo com a realidade interna de cada instituição.

Os reflexos dessas políticas, no interior das universidades, têm provocado mudanças nas concepções e práticas ali desenvolvidas. É possível observar, ao mesmo tempo, um movimento de “naturalização” e outro de resistência à implantação dessas políticas e suas correspondentes reformas.

O movimento de “naturalização” das reformas tem sido materializado na diversidade de ações que vêm sendo adotadas pelas reitorias e acatadas por grupos de docentes, que passaram a aceitar a ideia de “modernização racionalizadora”, via privatização e terceirização das atividades universitárias. Com isso, consagra-se a concepção da universidade “moderna e produtiva”, uma vez que passa a ser, essencialmente, “prestadora de serviços”, por meio do sistema de “cooperação entre a universidade e a sociedade civil”, desresponsabilizando o poder público de parte de seu custeio. (CHAUI, 1999).

Esse movimento de aceitação acrítica do processo de privatização interna tem contribuído para que os docentes, na análise de Chauí (1999, p.45), “limitem suas lutas por cargos, salários e carreiras baseadas no tempo de serviço [...] aceitem que o Estado seja desincumbido da responsabilidade da pesquisa através dos

financiamentos privados para pesquisa como complementação salarial e fornecimento de infra-estrutura [...]”.

Por outro lado, esse processo de transformação a que as universidades vêm sendo submetidas acaba por afetar e desvalorizar o trabalho docente, que perde a sua autonomia e passa a ser controlado, adequado e uniformizado segundo critérios de produtividade, a partir da lógica racionalizadora do capital.

É importante observar, entretanto, que todo esse conjunto de mudanças que está se processando no interior da universidade tem provocado situações de resistência. Essas resistências têm-se configurado num movimento contrário às imposições e determinações tanto ao trabalho docente quanto aos projetos do governo que visam à privatização total do ensino superior público.

Como resultado da reforma gerencial de resultados, implementada nas universidades públicas federais, é possível afirmar que: a) as parcerias público-privadas estabelecidas por meio da prestação de serviços vêm transformando as atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão em fonte de renda para grupos de docentes e técnico-administrativos que aderiram à “racionalidade modernizadora” do capital; b) a utilização das fundações de apoio privadas tem facilitado o acelerado processo de privatização dessas instituições universitárias, fomentando um clima favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo o individualismo, o empresariamento dos docentes e pesquisadores, transformando-os, prioritariamente, em gerentes do ensino, da pesquisa e da extensão; c) o econômico passou a ser o centro das atividades da universidade. A empresa tem interesses essencialmente comerciais, voltados para a rentabilidade, o lucro. A universidade, por sua vez, sujeita-se aos interesses da empresa, submetendo os interesses da coletividade a interesses privados, seja da empresa ou de grupos de pesquisadores. Como consequência, além do processo de privatização do público, a universidade perde sua autonomia científica, subordinando-se às determinações, à lógica e aos interesses empresariais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P.; SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BIRD/BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior*. Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C: BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995. (Serie *El desarrollo en la práctica*).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHAUÍ, Marilena. A niversidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.

_____. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hêlgio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *As feições da privatização do público na Educação Superior brasileira: o caso da UFPA*. 2005. 436p. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo; KARTZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. A OMC e a educação superior para o mercado. In: BROVETTO, J.; MIX, M. R.; PANIZZI, W. M.. *A educação superior frente a Davos*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2002.

SOARES, Laura Tavares R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Vera Lúcia Jacob Chaves - possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, com mestrado em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará, e doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA.

E-mail: vjacob@uol.com.br
